



GT 65. Patrimônios e Museus: narrativas em disputa e processos decoloniais

Coordenador(es):

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Patrimônios e museus vem apresentando instabilidade incomum numa configuração de narrativas em disputa. Se estas agências apresentam-se como refratárias à ação do tempo preservando acervos milenares e sendo regidas por regimes jurídicos que as protegem, pesquisas recentes apontam para conflitos pautados por projetos de futuro para sociedades plurais. Argumentos evocam destombamentos, repatriamentos de objetos, fechamentos e/ou reestruturação de museus, releituras de objetos, aparelhamentos de antigos museus por cultos religiosos, destituições de leituras antropológicas dos objetos, novos enquadramentos para as exposições. Somos surpreendidos por proibições de exposições, imposição de conteúdos, disputas estéticas. Por outro lado, processos decoloniais vem abrindo espaço para saberes insubmissos trazidos pela resistência de povos outrora silenciados, como os povos indígenas. Patrimônios e museus tornam-se ferramentas de lutas pela cidadania e pela igualdade social. Surgem os museus sociais, os museus indígenas, as museologias colaborativas, a auto-inventariação de conhecimentos tradicionais, demandas por patrimônios imateriais e tombamentos acionados pelos chamados "detentores", protagonistas de suas histórias de vida. Este GT pretende abrigar trabalhos de pesquisa em torno desta temática, tendo como eixo central a defesa do papel da Antropologia no campo de Patrimônios e Museus no sentido de afirmar o direito às diferenças e à visibilização de narrativas insubmissas.

Por que a cerâmica africana não está exposta no Museu das Bandeiras?

Autoria: Wynne Borges Carneiro (UFG - Universidade Federal de Goiás)

A memória é um produto social das relações construídas. O museu é um espaço de disputa da memória construída e também de memória visual, da expressão cultural. Considera-se importante a memória nos processos de empoderamento social, identitário e político das populações afro-diaspóricas, de produção e guarda do patrimônio material e imaterial produzido no calor de suas lutas sociais. O ato de registrar e valorizar a memória coletiva dos processos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos em luta, visa a produção e sublevação de contra-narrativas e contra-discursos, revelando o protagonismo dos sujeitos na transformação histórica e social. Diante disso, esse artigo tem o intuito de enegrecer algumas questões sobre os motivos, pelo qual a cerâmica africana encontrada na Cidade de Goiás, e erroneamente atribuída aos indígenas da etnia goyases, não estar exposta no Museu das Bandeiras. O Museu das Bandeiras é um museu goiano de tutela federal situado na Cidade de Goiás que possui um discurso nacional, de patrimônio, memória e história e remete a um período da historiografia do Brasil, que foi o ciclo do ouro. A localidade do museu, no nascedouro da sociedade goiana, cuja origem remete a formação da construção da identidade do povo goiano e a importância da outrora Vila Boa, pois posteriormente e até o ano de 1937 foi a capital do estado de Goiás. O que se investiga é qual o tipo de patrimônio é relevante e de interesse público ao ponto de torná-lo parte do acervo museológico do Museu das Bandeiras. Ou mesmo que haja interesse e relevância, o público vilaboense em específico e goiano no geral toma como herança patrimonial as reminiscências afro-diaspóricas? Para tentar resolver essas questões tomarei como referência a pesquisa da arqueóloga Gislaiane Tedesco resultado da escavação realizada na Cidade de Goiás a época do título de Patrimônio Histórico da Humanidade em 2001.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: